

Aires Barbosa na Cosmópolis Renascentista

Italo Pantani, Margarida Miranda &
Henrique Manso (coordenadores)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SAPIENZA. UNIVERSITÀ DI ROMA
SAPIENZA. UNIVERSITY OF ROME

O PRIMEIRO HUMANISMO IBÉRICO

NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES
Universidade de Coimbra

Falar do Primeiro Humanismo ibérico é necessariamente reflectir sobre o movimento cultural e filológico em Itália. A influência do *Quattrocento* italiano, com a sua forte componente retórica, posta ao serviço do humanismo cívico e pedagógico, manifestou-se em Portugal desde a dinastia de Avis.

Vários foram os factores que a propiciaram. Entre eles, as relações com a corte de D. João II de Castela, em ligação, por afinidade familiar, com o reino de Nápoles de Afonso V, o Magnânimo – paradigma do “príncipe umanizzato” do Renascimento. Ou ainda a presença da cultura italiana, na corte de Borgonha da Duquesa Isabel, filha do nosso rei D. João I – casada com Filipe o Bom, duque da Borgonha e conde da Flandres. Esta corte, a mais brilhante e faustosa da Europa, mantinha ao seu serviço portugueses cultos e acolhia uma verdadeira escola de artistas de iluminuras, de que é testemunho o *Livro de Horas do rei D. Duarte*; e contava ainda com uma das bibliotecas mais famosas do tempo¹. Mas é sobretudo o contacto directo de D. Pedro, o Infante das Sete Partidas, com a cultura europeia, e designadamente com o humanismo italiano, que permitiu o desabrochar dos ideais humanistas, em Portugal.

A nova era, a que a corte de Avis serviu de pórtico, caracteriza-se já por um enorme interesse pela formação dos cidadãos, à semelhança do famoso “humanismo cívico” florentino, que empenhou figuras como Coluccio Salutati, que se tornou chanceler de Florença; o seu discípulo Leonardo Bruni – tradutor incansável de Aristóteles e de muitos outros autores da literatura grega para latim –; o filósofo Marsilio Ficino, tradutor latino de Platão; e ainda os representantes de todos os domínios da cultura, num ambiente artístico e intelectual vivíssimo, de que é exemplo paradigmático Leon Battista Alberti.

¹ Vide D. Gallet-Guerne, *Vasque de Lucène et la Cyropédie à la cour de Bourgogne (1470). Le traité de Xénophon mis en français d'après la version latine du Pogge*. Étude, édition des livres I e V. Genève, 1974: 15 e sqq.; G. Looten, “Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne et comtesse de Frandre”, *Revue de littérature comparée* 49 (1938) 5-22; Ch. C. Willard, “Isabel of Portugal patroness of Humanism?”, *Miscellanea di studi e ricerche sul Quattrocento francese*, a cura di Franco Simone, Torino, 1938: 517-544. Entre as figuras do séquito de D. Isabel de Portugal, está Afonso de Lucena, médico da princesa. O filho, Vasco de Lucena, pôde estudar nas universidades de Colónia e Paris e foi chamado a colaborar na educação do príncipe, o futuro Carlos o Temerário. Foi também Vasco de Lucena tradutor para francês de obras de autores clássicos, como os *Faits d'Alexandre* de Quinto Cúrcio (1468) e a *Ciropedia* de Xenofonte, feita a partir da tradução latina de Poggio Bracciolini, com o título *Traité des faictz et haultes proresses de Cyrus* (1470). Vasco de Lucena não pode confundir-se com o humanista Vasco Fernandes de Lucena, que integrou o escol de humanistas da corte dos Príncipes de Avis e desempenhou funções políticas e diplomáticas importantes, no tempo dos reis D. Afonso V e D. João II.

São, na verdade, os primeiros humanistas italianos, empenhados na vida pública das suas cidades e na formação integral dos concidadãos, os mentores de uma educação aristocrática. Foi também esse espírito de serviço da comunidade que levou os ínclitos infantes ou o escol intelectual do país a verterem os autores clássicos de latim em “lingoagem”, “por aproveitar aos portugueses amadores de virtude que nom som, ou ao diante nom forem latinados”, como declarava o infante D. Pedro, na carta dedicatória, que introduz a sua versão do *Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram*, a primeira tradução do latim feita em Portugal². O afã de tradutores de obras clássicas, especialmente Cícero e Séneca, de tratados de arte militar, de panegíricos imperiais, é indício seguro das preocupações de um país de aspiração ultramarina, apostado em acertar o passo com os grandes centros culturais europeus³.

Nas suas viagens pela Europa (1424-1428) – Inglaterra, Flandres, Hungria, Itália (Veneza, Pádua, Florença e Roma) – o Infante D. Pedro relaciona-se com humanistas italianos, tais como Ambrogio Traversari – que lhe dedica a tradução do *De Providentia* de S. João Crisóstomo⁴ –, e Pier Paolo Vergerio (1370-1444), que conheceu na corte de Segismundo da Hungria.

Foi Vergerio autor de uma obra ‘Sobre os nobres costumes e os estudos liberais da juventude’, o *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae* (1402), o primeiro tratado pedagógico, na verdadeira acepção da palavra, quer pelo teor prático da sua doutrina, quer pela real divulgação que conheceu em toda a Europa. A partir deste tratado de Vergerio, impunham-se, como cartilha de educação aristocrática, a obra de Cícero, que, no seu sincretismo, fazia a síntese do pensamento retórico e filosófico da Antiguidade grega; a *Institutio oratoria* de Quintiliano e o *De liberis educandis* de Plutarco, obras que se tornaram verdadeiro *Vademecum* da pedagogia humanista, em moldes modernos.

O tratado de Vergerio, que privilegiava a formação do carácter sobre a aquisição cumulativa de conhecimentos, verdadeiro lema da educação moderna – que, em pleno humanismo, Montaigne consagra na expressão “plutôt une tête bien faite que bien pleine” e os jesuítas traduzem sentenciosamente no ideal *Non multa sed multum* –, conheceu a maior divulgação nos séculos XV e XVI, a ajuizar pelas centenas de manuscritos e pelas mais de trinta edições incunabulares⁵.

² Infante D. Pedro, *Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram*. Edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário, por Joseph M. Piel, Coimbra, 1948.

³ Luís de Matos, “O ensino na corte durante a dinastia de Aviz”. In: *O Humanismo Português 1500-1600*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1988: 499-592.

⁴ Não poderemos ignorar que Ambrogio Traversari, integrado no círculo de amigos de famosos pedagogos do *Quattrocento*, é autor de uma vasta correspondência com o escol intelectual da época, documentário seguro e indispensável para se avaliar da pedagogia praticada na “Giocosa” de Vittorino da Feltre.

⁵ É curioso observar que uma colectânea da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Traduziu o tratado de Vergerio, a pedido do Infante D. Pedro, Vasco Fernandes de Lucena. Esta tradução, hoje perdida, mas que figurava ainda entre os livros da biblioteca de D. João V, terá tido grande influência na cultura portuguesa, em geral, e designadamente na orientação humanística da dinastia de Avis

Além da obra de Vergério, Vasco Fernandes de Lucena verte “em lingoagem” os tratados de Cícero e o *Panegírico* de Trajano de Plínio-o-Moço, que difundem o ideal do orador e de homem de estado⁶. Este humanista português – que fora embaixador de D. Duarte ao concílio de Basileia e ao papa Eugénio IV, e de D. João II ao papa Inocência VII – e que ainda vivia no tempo de Cataldo, que a ele alude na sua correspondência, foi um dos tradutores mais activos dos autores clássicos, ao serviço dos ideais pedagógicos e cívicos dos príncipes de Avis.

Entre 1421 e 1431, por diversos períodos, encontra-se em Portugal, em missão diplomática, Alonso de Cartagena, futuro Bispo de Burgos, tradutor de Cícero e Séneca, cuja permanência em Itália e convívio com humanistas famosos são bem elucidativos da sua cultura e gosto pelos valores do humanismo nascente⁷. Ao rei D. Duarte dedica um *Memoriale uirtutum*, baseado na Ética de Aristóteles – citado e aproveitado no *Leal Conselheiro*, designadamente no cap. 50 – e a tradução do primeiro livro do *De inuentione* do Arpinate, indício seguro dos gostos e ideais retóricos da corte de Avis.

O relacionamento que Cartagena teve com o Humanismo português e com humanistas na corte lusa teve singular importância na orientação retórica do humanismo castelhano, que muito deve ao proto-humanismo da corte de Avis, segundo prova Tomás González Rolán⁸.

(cota: R-10-13) contém oito peças de autores diferentes e entre elas figuram o *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae* de Vergério, bem como uma cópia manuscrita da oração de Salvador Fernandes ao 2º Marquês de Vila Real, D. Fernando de Meneses, protector e cultor do Humanismo nascente. Acolhe humanistas no seu palácio, onde só se fala latim, e dá uma educação moderna a seus filhos, D. Pedro de Meneses e D. Leonor de Noronha, discípulos dilectos de Cataldo.

⁶ Vasco Fernandes de Lucena revela já o gosto da correcta e elegante expressão na língua do Lácio, tão característica do humanismo renascentista. Prova-o a sua correspondência com Poggio Bracciolini, no sentido de melhorar o estilo de latim, a sua arte oratória. A orientação que ele deve seguir, aconselha o humanista italiano, era a leitura assídua de Quintiliano e, sobretudo de Cícero. Vide as três cartas de Poggio Bracciolini a Vasco Fernandes de Lucena, contidas no *Cod. Plut.* nº 720, c.85b, c.96a, c.109a da Biblioteca Laurenziana de Florença.

⁷ Alonso de Cartagena dedica ao rei D. Duarte a tradução do primeiro livro do *De inuentione* do Arpinate (iniciado em Portugal e concluído em 1531, já em Espanha) e um *Memoriale uirtutum*, baseado na *Ética* de Aristóteles. Vide e. g. T. González Rolán; A. Moreno Hernández, Pilar Saquero Suárez- Somonte, *Humanismo y Teoría de la Traducción en España e Italia en la primera mitad del siglo XV. Edición y estudio de la Controversia Alphoniana (Alfonso de Cartagena vs. L. Bruni y P. Candido Decembrio)*. Madrid, 2000: 194- 205.

⁸ Sobre D. Alonso de Cartagena e a importância da sua permanência em Portugal para a definição do humanismo espanhol, vide Tomás González Rolán, “Proyección política y

Aliás no cap. 99 do *Leal Conselheiro*, D. Duarte sistematiza os procedimentos básicos para se realizar uma boa tradução. Os seus “Avisamentos” denunciam a interpretação humanista, na confluência da tradição retórica e da tradição patrística e – sem qualquer referência à polémica gerada por Alonso de Cartagena em torno da tradução de Leonardo Bruni da *Ética a Nicómaco* (1416-1417) – apresentam uma tomada de posição que vai ao encontro da de Bruni no seu tratado *De recta interpretatione*, uma obra amadurecida pela prática e pela reflexão.

A par deste proto-humanismo da corte de Avis, afirma-se o gosto pelos romances de cavalaria, pelos tratados de educação de príncipes e por uma produção historiográfica, em que as acções de figuras individuais de reis e senhores servem de paradigmas e *exempla*⁹. Quebrada a tradição da poesia lírica trovadoresca, cabe agora a estas obras em prosa, com uma função didáctica e exemplar, a apologia do ideário da própria dinastia, sem raízes numa lídima sucessão hereditária. Elas desempenham um papel significativo na consolidação do conceito de Estado e na definição dos direitos e deveres de governantes e governados.

O ensino em Portugal, apesar das medidas tomadas no sentido da sua modernização e actualização, apresenta-se ainda carenciado em relação à Europa. Reconhece-o o Infante D. Pedro, o mais culto da ínclita geração: no *Livro da Virtuosa benfeitoria*, dentro da sua concepção ética dos “deveres do senhoryo”, e ainda na famosa carta de Bruges, escrita entre 1425 e 1426, que apresenta um programa político de renovação cultural. Dirigida ao futuro rei D. Duarte, nela tece D. Pedro considerações de singular interesse sobre uma reforma estrutural profunda do ensino, conforme o modelo dos Colégios de Paris e Oxford, que então visitara¹⁰.

Em seu entender, não só o clero possuiria uma instrução mais sólida, benéfica ao desempenho do seu *munus diuinum*, como ainda se corrigiria o povo, cresceriam os letrados e as ciências, o que seria muito proveitoso à

pedagógica del prólogo a la *Rethórica* de Cicerón dedicado por Alfonso de Cartagena al infante D. Duarte” in Nair Castro soares, Margarida Miranda e Carlota Miranda Urbano, *Homo eloquens homo politicus: a retórica e a construção da cidade na Idade Média e no Renascimento*, Coimbra, Classica Digitalia, CECH-UC, 2011: 65-92.

⁹ Lembro, de Fernão Lopes, as Crónicas de *D. Pedro*, *D. Fernando* e *D. João I*; de Zurara, a *Crónica da tomada de Ceuta* e a *Crónica dos feitos da Guiné*, um verdadeiro panegírico da figura do Infante D. Henrique, caracterizado pelos seus dotes intelectuais e rodeado de sábios; de Rui de Pina, as Crónicas de *D. Duarte*, *D. Afonso V* e *D. João II*. Destinadas a relatar as proezas cavaleirescas e os feitos heróicos dos grandes senhores são as *Crónica do Infante D. Fernando*, de Frei João Álvares, e as Crónicas de *D. Pedro de Meneses* e de *D. Duarte de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara.

¹⁰ Nair N. Castro Soares, “A *Virtuosa Benfeitoria*, o primeiro tratado de educação de príncipes em português”, *Biblos 69* (1993) – *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro* (Coimbra, de 25 a 27 de Novembro de 1992), Coimbra: 289-314.

administração régia. É notável a modernidade do seu pensamento pedagógico, antropológico e sócio-político, expresso embora numa lógica discursiva, própria das *quaestiones* medievais. Apesar disso, a sua prosa é semeada de expressões de um colorido e de uma graça imagética surpreendentes.

Muito embora se afigure notável este interesse em proceder à reforma da universidade portuguesa, de acordo com as necessidades da época, continua a observar-se a presença dos nossos estudantes nas universidades estrangeiras, nomeadamente em Itália¹¹.

A Universidade portuguesa, produto da sensibilidade e das concepções científicas medievais, manteve, desde a fundação por D. Dinis até ao século XV, a mesma estrutura e o mesmo plano de estudos. Com o Infante D. Henrique por protector, vai adquirir instalações próprias e o seu plano curricular vai ser reestruturado e revitalizado com o ensino integral das sete artes liberais, como estipula na famosa carta de 12 de Outubro de 1431; a partir de então, vai incluir, além das *artes sermocinales* do *trivium*, as disciplinas do *quadrivium* (a Aritmética, a Geometria, a Astronomia e a Música) e a Filosofia Natural e Moral, ou seja, a filosofia de Aristóteles. Assim se contemplavam o estudo científico e a observação da natureza, saberes indispensáveis à empresa dos Descobrimentos. Apesar disso, a reforma henriquina não terá vingado completamente, e a situação do ensino superior não conheceu progressos significativos.

Quando, em 1508, os “Estatutos Manuelinos” ratificam o que constituiria a estrutura formal dos cursos de Artes, apenas se referem a Gramática e a Lógica e não incluem a Retórica¹².

Na verdade, a abertura ao movimento humanista e aos novos métodos pedagógicos não se fez sem uma certa resistência da instituição universitária. Foi sobretudo na corte, e dentro do mecenatismo régio ao ensino dos nobres, que, tanto em Portugal como na Espanha, a modernidade no ensino das *humaniores litterae* se impôs definitivamente.

Desde a dinastia de Avis, a corte torna-se o grande centro cultural, incentivando a criação literária e a prática da leitura. Formam-se as primeiras bibliotecas, como as de D. Fernando e D. Duarte. De Itália vêm os educadores de D. Afonso V, Estêvão de Nápoles e Mateus de Pisano. Este humanista

¹¹ Vide A. D. Sousa Costa: “Estudos superiores e universitários em Portugal no reinado de D. João II”. In: *Biblos* 63 (1987): 253-334; J. V. de Pina Martins, *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal*, 2 vols. Lisboa, 1989: 407-448.

¹² Documenta já esta *ratio studiorum*, o primeiro discurso pronunciado numa universidade portuguesa, em 1 de Outubro de 1504, que chegou até nós. Cf. D. Pedro de Meneses, *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa (Oratio habita a petro menesio comite alcotini coram Emanuele Serenissimo Rege in scholis ulyxbonae)*, ed. de A. Moreira de Sá e tradução de Miguel Pinto de Meneses, 1964: 46-47. Assim se comprova o maior incremento dado à Retórica e às Humanidades, no ensino da corte do que na instituição universitária. Cf. *infra*, n. 35

escreve sobre a guerra de Ceuta o *De bello Septensi*, considerado o primeiro texto latino de teor humanístico.

Mais tarde, já no reinado de D. João II, chega Justo Baldino, que seria encarregado de cantar em latim a gesta lusa, sem que levasse a efeito tal empresa. Tudo evidencia como o reino português se preparava, a passo firme, para o alvorecer da Idade Moderna.

D. Afonso V, louvado pela sua cultura intelectual, organiza, no Paço da Alcáçova, em Lisboa, o núcleo da futura Livraria Real, que abre, pela primeira vez as portas ao público¹³.

Os nobres, sobretudo, mandavam educar os filhos para fora do reino, facto que levou os procuradores do povo a pedirem a D. Afonso V, nas cortes de 1473, e a D. João II, nas de 12 de Novembro de 1481, que se limitassem as tenças e pensões régias concedidas aos estudantes.

No último quartel do século XV, em 1485, chega a Portugal Cataldo Parísio Sículo, que é considerado o introdutor do Humanismo entre nós. Doutor em Direito Civil e Pontifício pela Universidade de Ferrara e mestre na de Bolonha – a sua Bolonha que tantas vezes evoca com saudade –, deixou a Itália e veio para a afamada corte de Portugal, onde serviu como pedagogo e secretário latino, *orator regius*, durante os reinados de D. João II e D. Manuel.

Na qualidade de *orator regius* redigiu numerosas cartas em latim, ao serviço dos reis D. João II e D. Manuel. Foi ainda no desempenho desta honrosa função que pronunciou, a 28 de novembro de 1490, em Évora, junto à porta de Avis, em nome da cidade, a oração de entrada da princesa Isabel, primogénita dos Reis Católicos e esposa do malogrado príncipe Afonso, filho de D. João II, que viria a falecer tragicamente, por queda do cavalo, a 13 de Julho de 1491. Pronunciada a solene oração, Évora foi cenário, até ao Natal, das festas de celebração do casamento dos príncipes, onde acorreu o país inteiro. Além desta oração, Cataldo compôs uma outra, por ordem do rei D. Manuel, para a entrada solene em Santarém da rainha D. Maria, irmã de D. Isabel, que não chegou a ser proferida¹⁴. A Cataldo coube a grandeza de enaltecer estas figuras régias femininas, e com elas a Corte dos Reis Católicos. Ambas as filhas destes monarcas, que vieram a ser esposas de D. Manuel, em Portugal, eram cultas e tinham recebido uma esmerada educação humanista.

¹³ J. M. Sousa Viterbo, “A cultura intelectual de D. Afonso V”, in *Arquivo Histórico Português* 2 (1904): 255, afirma: «Ele tinha a paixão dos livros, estimava as ciências e as artes e comprazia-se no convívio e correspondência dos eruditos do seu tempo, a quem incitava nos seus trabalhos, galardoando-os merecidamente».

¹⁴ Vide Cataldi Siculi *Oratio habita a Cataldo in aduentu Elisabeth Principis Portugaliae, ante ianuam urbis Eborare*, in *Epistolae et orationes quaedam Cataldi Siculi*, fols. A ij–A iiij vº. Estas duas orações mereceram um estudo moderno. Vide Cataldo Parísio Sículo, *Duas orações*: Prólogo, tradução e notas de M. Margarida B. Gomes da Silva. Introdução e revisão de A. Costa Ramalho. Coimbra, 1974.

A personalidade de Cataldo e a sua sintonia com o ideário que tão profundamente marcou esta época são bem conhecidas através da obra que nos legou. Com esta figura se prende o que de mais seguro e documentado se conhece sobre a cultura e a retórica de corte, no primeiro humanismo em Portugal.

É sobretudo desde o tempo de D. João II e D. Manuel que a corte portuguesa se torna permeável ao movimento humanista. Estes reis rodeiam-se de letrados, designadamente juristas – que preparam os regimentos das diversas instituições, pilares do Estado centralizado –, e ainda de homens de ciência, matemáticos, cosmógrafos, astrónomos, homens com conhecimentos teóricos e práticos na arte de navegar e cartografar, que tornam possível o prosseguimento e o êxito da expansão ultramarina.

O saber dos antigos e sua *aemulatio* e *imitatio*, nos diferentes géneros literários, o conhecimento empírico e o exotismo dos novos mundos, a gesta lusa, em verso e em prosa, a literatura dramática que ensina e deleita a nobreza, nos seus serões palacianos, vão merecer, no Renascimento português, divulgação universal na língua latina, ou na “vulgar” e nobre língua materna, através da nova arte da imprensa, conhecida entre nós desde finais do século XV¹⁵.

O movimento humanista italiano, além disso, influencia, de forma directa, diplomatas, letrados e eclesiásticos, que tomam parte em embaixadas e concílios, e sobretudo os estudantes que frequentam as Universidades de Bolonha, Pisa, Florença, Pádua, Ferrara, Siena e Roma. Nestas universidades de Itália, onde floresciam as *humaniores litterae*, estudam os três filhos do chanceler João Teixeira – Luís, Álvaro e Tristão, dos quais se distinguiu como notável jurisconsulto e homem de letras Luís Teixeira, que foi mestre de D. João III e mereceu os elogios de Erasmo em *Chrysostomi lucubrationes* (1527) –, Aires Barbosa, Henrique Caiado, D. Garcia de Meneses, Martinho de Figueiredo, entre os principais. Viriam eles abrir caminho a muitos outros que, ajudados por D. Manuel e D. João III, se formariam nas escolas mais famosas de então¹⁶.

¹⁵ Papel basilar, no Renascimento, desempenha a imprensa, cuja invenção Garcia de Resende saúda, na sua *Miscelânea*, nestes termos: “E viimos em nossos dias/ ha letra de forma achada/ com que a cada passada/ crescem tantas livrarias/ e ha sciencia he augmentada”. Cf. Garcia de Resende (1994), *Livro das Obras de Garcia de Resende*, edição crítica, estudo textológico e linguístico por Evelina Verdelho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 570. Além de obras de devoção, ou ligadas à prática religiosa, ou à prevenção das doenças, os livros que mais frequentemente são editados, nos finais do séc. XV, princípios do XVI, são relativos à arte de marear, gramáticas, cartilhas de aprender a ler, catecismos, e as *Epistolae et orationes* de Cataldo, saídas a lume a 21 de Fevereiro de 1500, nos prelos de Valentim Fernandes. Cf. Artur Anselmo, *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa, 1981: 289-332.

¹⁶ A Universidade de Salamanca, em Espanha, e as de Itália, que têm a preferência dos

São estes humanistas, eclesiásticos e juristas portugueses entusiastas decididos da renovação da cultura em Portugal, seguidores dos métodos filológicos de Lourenço Valla e Angelo Policiano, e intérpretes do espírito cívico que impregnou a sensibilidade dos homens do *Quattrocento*. Assim se ia formando um escol de intelectuais que seria o suporte da administração régia, cada vez mais burocratizada¹⁷.

Por toda a Europa, os *studia humanitatis* deixam de limitar o seu âmbito aos *auctores* medievais e abrem-se à literatura, à filosofia e até à arte da Antiguidade Clássica. O novo *curriculum*, alargado à história, à poesia, à ética e às artes da pintura, escultura, arquitectura e desenho, figura já no *Panepistemon* de Angelo Policiano.

Dando-se o maior valor ao elemento pessoal, a filosofia moral torna-se um traço característico da vida intelectual deste período, de par com o conhecimento da história e do direito, disciplinas que preparam para a vida activa¹⁸. Fizera-se ouvir a voz de Cícero, no *De oratore* (1.5), que acreditava na importância da lição dos antigos, na força dos seus *exempla*, no conhecimento do direito civil, por isso os recomendava na formação do orador.

O homem do Renascimento apreendeu, enfim, o sentido essencial da retórica, assumida como valor de relação humana e meio de expressão da consciência humanística. E foi numa afirmação de complementaridade do ideal enciclopédico e do ideal retórico, de inspiração clássica, que se impôs uma concepção aristocrática de cultura, a que as cortes europeias da época davam resposta¹⁹.

Em Espanha, florescia a Universidade de Salamanca com seus mestres de renome, tais como António de Nebrija, o português Aires Barbosa, Hernán Nuñez de Gusmán e os italianos Lúcio Marineo Sículo e Pedro Mártir d'Anghiera. A par do ensino superior institucionalizado, a corte castelhana tornara-se, no seu fervor cultural, uma verdadeira escola de humanidades. Nela ensinou, a convite da rainha, desde 1488, o humanista Pedro Mártir

portugueses durante o século XV, vão cedendo lugar, embora não completamente, no século XVI, a Lovaina e às universidades francesas, onde viriam a estudar humanistas como André de Resende, Damião de Góis e os reformadores do ensino em Coimbra, Frei Brás de Barros e Frei Diogo de Murça. Cf. Nair N. Castro Soares, "Humanismo e Pedagogia", *Miscelânea em honra da Doutora Maria Helena da Rocha Pereira – Humanitas* 47 (1995) 799-844.

¹⁷ Vide N. J. Espinosa Gomes da Silva, *Humanismo e direito em Portugal no séc. XVI*, Lisboa, 1964.

¹⁸ P. O. Kristeller, "Umanesimo filosofico e umanesimo letterario", in *Lettere Italiane* 14. 4 (1962): 391.

¹⁹ Vide e.g. Cesare Vasoli, "Il cortigiano, il diplomatico, il principe. Intelletuali e potere nell'Italia del Cinquecento", in *La corte e il cortigiano. II – Un modello europeo*, Roma, 1980: 173 e sqq.; para o caso português vide Nair N. Castro Soares, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*. Coimbra, 1994: 246-290.

d'Anghiera, que teve por aluno D. Jaime, duque de Bragança, por ocasião do seu exílio, no reinado do nosso rei D. João II.

Em Portugal, no entanto, no último quartel do século XV, por ocasião da chegada de Cataldo à corte de D. João II, há já homens cultos e peritos na língua latina. Entre eles, D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, filho de D. Duarte de Meneses e neto de D. Pedro de Meneses, primeiro governador de Ceuta e primeiro conde de Vila Real. Páginas de história panegírico-épica nos legou Gomes Eanes de Azurara, nas crónicas particulares dedicadas a cada uma destas figuras: *Cronica de D. Pedro de Meneses* e *Cronica de D. Duarte de Meneses*²⁰.

É D. Garcia de Meneses, paradigma do ideal de intelectual e de guerreiro, figura da hierarquia eclesiástica e diplomata régio junto da Santa Sé, que avulta pela sua cultura e pela coragem do seu braço armado contra o turco. É no exercício das suas funções diplomáticas que, em 31 de Agosto de 1481, profere um discurso dirigido ao Papa Sisto IV que rivaliza em estilo narrativo com os humanistas italianos. Empenhado em edificar, engrandecer o seu nome e o de sua família, a sua pátria e a cristandade, fala, com orgulho, dos seus ascendentes e suas façanhas, da glória de seu avô e daqueles que «encontraram virilmente a morte, lutando pela fé», seu pai e seu irmão²¹.

Neste discurso inflamado pelo ardor posto na guerra contra o turco e pelo proselitismo cristão – não é despidendo lembrar quanto a guerra africana contribuiu para preservar a Europa do ataque muçulmano –, se reconhecem não poucos motivos, caros a Camões, n'Os *Lusíadas*.

Ao ouvir D. Garcia de Meneses discursar, em Roma, em 1481, o humanista Pompónio Leto manifestou o seu assombro, que nos é relatado em carta de Gaspar Barreiros – publicada em apêndice à sua *Corografia* –, dirigida de Évora a Jorge Coelho, em 28 de Abril de 1553. Gaspar Barreiros conta ao

²⁰ Sobre estas duas personalidades não faltam relatos históricos. Além da *Crónica da tomada de Ceuta*, que pretende ser a narração completa deste feito, empreendida a partir de testemunhos orais daqueles que nela intervieram, e do *De bello Septensi* de Mateus de Pisano sobre o mesmo tema, Zurara escreve crónicas particulares de cada uma destas personagens, *Crónica de D. Pedro de Meneses*, primeiro capitão de Ceuta depois da conquista, redigida entre 1458 e 1463, e a *Crónica de D. Duarte de Meneses*, capitão de Alcácer Seguer, composta entre 1464 e 1468, última das produções de Zurara.

²¹ Discurso ao Papa Sisto IV (1481) in A. Costa Ramalho, *Latim Renascentista em Portugal – Antologia*. Prefácio, selecção, versão do latim e notas de, Coimbra, ²1994: 15-18. Refere-se, neste discurso, a seu avô D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real e primeiro governador de Ceuta; a seu pai D. Duarte de Meneses, conde de Viana, primeiro governador de Alcácer-Ceguer, que morreu em combate em 1466, ao cobrir a retirada de D. Afonso V que ficou a dever-lhe ter escapado com vida (Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. CLVI) e a D. Henrique de Meneses, seu irmão, capitão de Arzila, que morreu em combate contra os mouros em 1480. D. Henrique é mencionado na *Arcitíngie* (vv. 357-361), poema épico sobre a conquista de Arzila, de Cataldo Parisio Sículo.

seu amigo que o Cardeal Sadoletto lhe oferecera «espontaneamente uma coisa que há muito procurava com empenho», isto é, a «oração pronunciada mais ou menos há oitenta anos por D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, perante o Sumo Pontífice Sixto IV, e impressa no mesmo ano em Roma pelo processo calcográfico».

D. Garcia de Meneses é, sem dúvida, entre nós, um homem de cultura superior, antes da entrada efectiva do Humanismo em Portugal²². Apesar de ocupados na guerra de África, seu avô e seu pai não descuraram a preparação nas armas e nas letras da sua descendência, de que é exemplo acabado D. Garcia de Meneses, que foi estudante em Itália.

Outras figuras se destacaram, nesta época, entre nós: Vasco Fernandes de Lucena, o Chanceler-mor do reino João Teixeira, Salvador Fernandes, ou ainda João Rodrigues Sá de Meneses, alcaide-mor do Porto²³.

Neste último quartel do século XV, período seminal de conquista e afirmação da utilidade da arte oratória, marcado pela colonização dos demais saberes, algumas destas figuras da corte dão-nos, nos seus discursos, uma prova inequívoca da existência entre nós de uma oratória civil²⁴.

No reinado de D. João II (1481-1495), desde o seu *alevantamento* e sobretudo desde as cortes de Évora-Viana (1481-1482), em que se afirma a centralização do poder real, a *ars dicendi*, marca do humanismo nascente, é colocada ao serviço da ideologia do poder real. Ganha prestígio, ao lado do pregador da corte, a figura do orador régio, com preparação clássica e competência retórica na língua latina. Nestas cortes, que marcam o início do governo e da afirmação incontestável da autoridade do “Príncipe Perfeito”, faz a *arenga* da sessão régia inaugural – como já a fizera no *alevantamento* deste rei – o orador oficial, o humanista de idade veneranda, «muito distinto e letrado dentro do seu veludo preto», Vasco Fernandes de Lucena²⁵. Neste discurso

²² Sabe-se que D. Garcia de Meneses, regressado de Itália, se envolve activamente na conjura do Duque de Viseu contra D. João II, tendo sido vítima dela e morrido, provavelmente, envenenado.

²³ Vasco Fernandes de Lucena, que, na sua longa vida, vemos ao serviço dos príncipes da “Ínclita geração” e de D. João II, sendo referido na correspondência de Cataldo; ou ainda o Chanceler-mor do reino João Teixeira, cujos filhos foram alunos de Ângelo Policiano, em Florença; ou Salvador Fernandes, laureado com a licenciatura nos Direitos Pontifício e Cesário, que pronunciou uma oração de entrada de D. Fernando de Meneses, 2º Marquês de Vila Real, na capital do seu marquesado; ou ainda João Rodrigues Sá de Meneses, alcaide-mor do Porto – que Sá de Miranda elogia, por realizar a perfeita união das armas e das letras – tradutor de Ovídio e poeta do *Cancioneiro Geral*, além de autor de um diálogo ao estilo humanista, o *De platano*.

²⁴ Belmiro Fernandes Pereira, *Retórica e eloquência em Portugal na época do Renascimento*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012: 360 e sqq.

²⁵ Ibidem; Armindo de Sousa, *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*. Porto, 1990: 525; Manuela Mendonça, *D. João II*. Lisboa, 1991: 195.

deliberativo, exalta o significado da obediência prestada ao rei por grandes e prelados, por fidalgos e povos, recorrendo a argumentos jurídicos, bíblicos e aos autores da Antiguidade, quando, por exemplo, enaltece os costumes dos persas, no que respeita à grandeza conferida à majestade real, de que fala Heródoto – que se torna um tópico da historiografia greco-latina, a que recorre também D. Jerónimo Osório, no seu *De regis institutione et disciplina* (1572), ou quando refere a obediência e menagem como um dever de justiça, baseado na *Rhetorica ad Herennium* (livro III, cap. IV), ou no *De inuentione*, livro II (160-161) de Cícero²⁶.

Dentro da mesma estratégia de fortalecimento do poder real, é a elevação ao marquesado do 3º Conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses. A oração proferida pelo Chanceler João Teixeira, em Beja, no primeiro dia de Março de 1489, para honrar D. Pedro de Meneses, que recebe o novo título de Marquês de Vila Real, é, neste particular, bem expressiva. Derrubadas as casas de Viseu e de Bragança, e consolidado o poder do soberano, atinge-se o ponto alto do “período de afirmação” do poder absoluto do rei, na designação de Manuela Mendonça²⁷. O significado político deste acto não passou despercebido aos cronistas de D. João II, como Rui de Pina (cap. 37) e Garcia de Resende (cap. 78).

A própria função do orador, chanceler-mor do reino, com amplos poderes judiciais e alto valor político, confere *auctoritas* a este acto: a oração epidíctica, cujo alarde de cultura humanística se adequava admiravelmente à prosápia dos Meneses, foi proferida perante o rei D. João II, o Príncipe Afonso, o duque de Beja, que será o futuro D. Manuel, e de toda a corte. Significativa se torna a *commemoratio* do rei, que coloca modernos e antigos na mesma cadeia de exemplaridade, e celebra, na tradição das *chriae*, tanto o agir como o dizer: têm amplo desenvolvimento o elogio das virtudes do soberano, em armas e letras, o seu amor à cultura, por ter em casa «um peritíssimo mestre» para ensinar o seu filho – uma alusão a Cataldo, seu aliado na expulsão da barbárie –, a esmerada educação aristocrática dada ao Príncipe, a defesa das *humaniore litterae* e a diligência posta em expulsar a barbárie, ao «sostentar letrados e doutos». Encarece, por último, os grandes serviços prestados à coroa pelo conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses.

A *laus* do novo Marquês – que se integra na exaltação do poder real, que a figura de D. João II personifica, de que são documento as anteriores orações de Vasco Fernandes de Lucena – é feita de acordo com todos os *loci* da retórica epidíctica (Arist., *Retórica*, 1360b) que inclui os bens internos e externos,

²⁶ Álvaro Lopes de Chaves (1984), *Livro de apontamentos (1438-1489)*, ed. A. M. Salgado. Lisboa, 1984: 62-71.

²⁷ Manuela Mendonça, *D. João II*. Lisboa, 1991: 373-380.

com especial realce para a sua linhagem, que em antiguidade e ascendência régia se coloca ao mais alto nível: o das derrubadas casas dos duques de Viseu e de Bragança. Enaltecem-se os serviços prestados à coroa pelo Marquês e pelos seus antepassados, para quem D. Afonso V tem uma dívida de gratidão, pela sua acção na guerra com Castela e nas batalhas no Norte de África. Era a consagração pública da casa de Vila Real com consequências políticas e culturais assinaláveis.

Escrito em português, este discurso teve singular importância, ao longo do século XVI. Foi traduzido para latim pelo filho do seu autor, Luís Teixeira, versão esta que seria de novo trasladada para vernáculo, em meados de Quinhentos, pelo humanista Miguel Soares, ao serviço do quarto marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses²⁸.

Não há dúvida de que estas peças de oratória civil, no dealbar do humanismo renascentista português, nos dão a marca da cultura da corte e da progressiva centralização do poder no reinado do “Príncipe Perfeito”. É pela mão deste monarca que a casa de Vila Real atinge o seu fastígio político, que, em breve, se fará acompanhar do maior prestígio intelectual e cultural.

É no tempo de D. Fernando de Meneses, 2º Marquês de Vila Real, e de sua esposa, D. Maria Freire, mulher culta da nobreza, que esta casa acolhe e dá lustre ao nascente humanismo, de carácter filológico, na pessoa de Cataldo e seu magistério²⁹.

²⁸ Vide Miguel Soares, *Obra que contem huma Oraçõ do Doutor Luys Teixerira, feyta quãdo fizerã o côde dô Pedro de Meneses, Marquês de vila Real. E o treslado della em Portugues, por o mestre Miguel Soares: dirigida ao illustrissimo Principe, E excelente Senhor dô Miguel de Meneses. IIII. Marquês de vila Real.* Coimbra, João Álvares, 1562; Luís de Matos, *L'Expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance.* Lisboa, 1991: 569. A versão latina e a retroversão do discurso quatrocentista foram publicadas nos prelos conimbricenses de João Álvares, Impressor da Universidade, em 1562.

²⁹ Eram alunos dilectos de Cataldo D. Pedro de Meneses e D. Leonor de Noronha, filhos de D. Fernando de Meneses, 2º marquês de Vila Real, e de D. Maria Freire, que residiam na *felicissima vila* ribatejana de Santarém, a preferida de Cataldo, entre todas as cidades portuguesas. A D. Leonor se refere o humanista, em carta a D. Manuel, afirmando que pode rivalizar com o irmão D. Pedro, na língua latina. À sua perícia de latinista se deve a tradução da *Coronica Geral de Marcantonio Cocio Sabelico* (Vide a tradução de latim para português da *Coronica geral de Marco António Cocio Sabelico desde o começo do mundo até nosso tempo*, Coimbra, João de Barreira e João Álvares, 1550). D. Leonor e muitas outras figuras femininas da nossa nobreza devem às referências de Cataldo, na sua obra, a fama de cultas e de conhecedoras da língua latina: a rainha D. Leonor, esposa de D. João II, protectora de Gil Vicente; a Infanta D. Joana, a Santa Joana princesa de Aveiro; D. Maria Freire, marquesa de Vila Real, mãe de D. Pedro e de D. Leonor; a rainha D. Maria, esposa de D. Manuel. A educação feminina de raiz italiana, a que Luis Vives deu grande impulso, como teorizador pedagógico e como mestre de princesas, é uma realidade entre nós muito antes da já designada «Academia feminina portuguesa» de D. Maria, a filha de D. Manuel. É este um testemunho vivo da educação ministrada entre nós, tal como em Itália, Espanha e Inglaterra, às filhas da aristocracia, a que a teorização de Leonardo Bruni, no seu *De studiis et litteris liber*, tinha dado o tom.

Cataldo vai dar um novo impulso à pedagogia e à cultura no nosso país, sob a égide da corte e da nobreza. Notável é «o seu contributo para a introdução do humanismo e para a actualização do nosso País com a cultura literária da Europa mais adiantada, a partir da fonte que era a Itália»³⁰.

A grande abertura ao Humanismo de matriz italiana, ao longo de sucessivas décadas, não bastaria para comprovar a afirmação e difusão do humanismo em Portugal. Necessária se tornava a renovação dos estudos, segundo o programa humanista, os métodos pedagógicos da educação nova, que caracterizam este movimento, tanto na Gramática como na Retórica, como na produção de textos literários.

Apesar do ambiente favorável da corte portuguesa, decisivo para a propagação do Humanismo, estes novos métodos pedagógicos impuseram-se não sem algum conflito, ou mesmo resistência da instituição universitária, tanto em Portugal como em Espanha. Provam-no os epigramas de Aires Barbosa, o humanista de Aveiro, o “Mestre grego”, que no seu ensino na Universidade de Salamanca se empenhou na *expulsio barbariei*. Ou, entre nós, a polémica contra a barbárie gótica e a crítica aos negociantes do «trigo sarnento» de Pastrana assumida por Estêvão Cavaleiro, no *Prologus da sua Noua grammatices marie matris dei uirginis*, que visava escoliastas pastranos, renitentes à inovação, responsáveis pela sua expulsão da Universidade de Lisboa. Ou o próprio Cataldo, que se afirma, no seu quintilianismo, como o representante aúlico desta luta pela modernidade. A cada passo, exprime Cataldo o seu orgulho em ser filho da Itália, berço da cultura, «onde foi descoberta não só a arte oratória mas, como todos sabem, jorram as fontes das restantes ciências»³¹, e acima de tudo «onde o valor é escudo de si próprio»³². Fá-lo sobretudo como protesto do seu próprio mérito de humanista, do seu papel na “expulsão da barbárie”, ou como denúncia amarga da incompreensão, ciúme e ignorância de certas pessoas que lhe são hostis na corte portuguesa³³.

³⁰ Cataldo Parisio Sículo, *Epistolae et orationes quaedam*. Edição fac-similada com introdução de A. Costa Ramalho. Coimbra, 1988: 11.

³¹ Cf. a carta (*Epistolae I, d iij*) dirigida a D. Diogo de Sousa, o nobre eclesiástico que foi deão da capela de D. João II e mais tarde bispo do Porto e arcebispo de Braga. Cf. A. Costa Ramalho, *Estudos sobre a época do Renascimento*. Lisboa, 1997: 96.

³² Vide a «Lamentação» em verso, escrita entre 1495 e 1499 e dirigida a D. João Manuel, o sentencioso camareiro-mor do *Cancioneiro Geral: Querimonia ad Ioannem Emmanuelem*, in *Poemata*, fol. k iij-l; reimpr. *Conquestio ad Dominum Ioannem Emmanuelem Regis Emmanuelis Primum Cubicularium*, in D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo VI, ii parte, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, 1954: Tomo VI, ii parte, 182-183.

³³ Estas confissões e desabaços sobre mestres, educadores, historiadores, oradores oficiais e poetas áulicos encontram-se, por exemplo na referida «Lamentação» dirigida a D. João Manuel e principalmente nas cartas endereçadas a D. Diogo de Sousa, que lhe serve de escudo nas horas difíceis. Cf. A. Costa Ramalho, *Latim Renascentista em Portugal – Antologia*.

Só por finais do século XV, a pouco e pouco e não por via institucional, se verifica uma mudança de perspectiva e de conteúdos no ensino gramatical: com a lição de Quintiliano, os humanistas reforçam a ligação da Gramática à Retórica, de forma a transformar um saber meramente linguístico em disciplina de estudos literários; o ensino da retórica, ou a retoricização da gramática, orienta-se no sentido da aquisição da *eloquentia*. A *recte loquendi scientia* deixa-se contaminar pela *ars bene dicendi*, em que gramática, retórica, dialéctica e poesia se interpenetram e confluem, numa identificação de objectivo comum³⁴.

É esta a lição que nos apresenta o discípulo de Cataldo, D. Pedro de Meneses, 2º Conde de Alcoutim, na sua oração de 1504, marco indelével na história da pedagogia e da oratória³⁵. Cataldo, mestre na língua latina, melhor prosador do que poeta, edita as suas *Epistolae et orationes*, que vêm a lume em Lisboa, nos prelos de Valentim Fernandes da Morávia, a 21 de Fevereiro de 1500 – um documento precioso para o estudo do Humanismo em Portugal.

A Cataldo se deve o primeiro manifesto, publicado em Portugal, em defesa do latim humanístico contra a barbárie estilística do latim medieval, na linha de Lourenço Valla. Este manifesto surge da pena do introdutor do Humanismo em Portugal, em carta dirigida a D. Fernando de Meneses, Marquês de Vila Real, escrita em fins de 1499 ou em janeiro/fevereiro de 1500³⁶. Nesta epístola, ataca a barbárie medieval e certos *theologiculi*, ‘teólogos de meia-tigela’ que a defendem, e faz o louvor dos poetas e entre todos Virgílio³⁷. Nela há ainda um pormenor a salientar: Cataldo defende a afinidade, se não mesmo a identificação, entre Retórica e Poética e faz a defesa da Poesia,

Coimbra, 1994: 31; A. Costa Ramalho, *Estudos sobre a época do Renascimento*. Lisboa, 1997: 83-105.

³⁴ W. Keith Percival, “Grammar and rhetoric in the Renaissance”, in *Renaissance eloquence*, ed. J. Murphy, Berkeley, University of California Press, 1983: 303-330.

³⁵ D. Pedro de Meneses, embora ensinado pelo mestre, proferiu em 1499, com doze anos apenas, duas orações públicas em latim, segundo costume italiano, uma na Universidade de Lisboa e outra perante o rei. E aos dezassete anos encarregava-se da oração de abertura solene das aulas, na mesma Universidade, em 1 de Outubro de 1504, o primeiro discurso pronunciado numa universidade portuguesa, na presença do rei D. Manuel, que chegou até nós. Esta oração, publicada no segundo volume das *Epistolae* de Cataldo, mereceu uma edição moderna de A. Moreira de Sá e tradução de Miguel Pinto de Meneses. Cf supra, n. 13. Além da prestimosa ajuda do Sículo na elaboração destes discursos, teria pesado na mestria intelectual do jovem aristocrata o ambiente de sua casa, onde era proibido falar português (Vide a oração que Salvador Fernandes profere em honra de D. Fernando de Meneses, na entrada no seu marquesado de Vila Real, em 1509 (A. C. Ramalho, *Latim Renascentista em Portugal – Antologia*. Coimbra, 1994: 113).

³⁶ A. Costa Ramalho (21994), *Latim Renascentista em Portugal. – Antologia*. Coimbra: 41-53.

³⁷ Sobre a importância de Virgílio como paradigma de realização poética no Renascimento, vide e. g. V. Zabughin, *Vergilio nel Rinascimento italiano da Dante a Torquato Tasso*, Bologna, 1921.

alegando diversas autoridades. Entre elas, figura S. Basílio Magno, autor do opúsculo intitulado, na tradução latina de Leonardo Bruni Aretino, *De legendis antiquorum libris*. Os autores cristãos da Patrística são assim considerados a par dos clássicos. Além disso, é aconselhada, “para inteligência da Sacra Página”, a leitura dos escritores e poetas da Antiguidade pagã.

A lição dos poetas, que vai a cada passo ser seguida pelos tratadistas pedagógicos, desde o *Quattrocento*, é enaltecida pelos autores do primeiro humanismo italiano – tais como Boccaccio no seu *De genealogia deorum*, considerado já a *magna charta* da nova dignidade universal conquistada pelas letras, ou Coluccio Salutati, em *De laboribus Herculis*, ou ainda Enea Silvio Piccolomini, futuro papa Pio II, no *De liberorum educatione*. Era a lição de Aristóteles, que ditara a Horácio o valor didático, ético, filosófico e lúdico da poesia, o poder de unir *utile dulci*, pois *aut prodesse uolunt aut delectare poetae* (Hor. *Ars poetica*, v. 343 e 333).

D. Fernando de Meneses (1463-1524), 1º conde de Alcoutim e 2º marquês de Vila Real, que acolhe Cataldo e faz dele mestre de seus filhos, é bem o representante da velha nobreza, orgulhosa dos seus pergaminhos e dos seus privilégios, aberta ao saber, à cultura humanística e à educação moderna³⁸.

Cataldo, chamado de Itália por D. João II, para educar o seu filho bastardo D. Jorge, de seis anos de idade, irá beneficiar outros rebentos da aristocracia, com o seu ensino, o que lhe valeu ser designado, na palavra de Joaquim de Carvalho, «o educador da nobreza portuguesa»³⁹. É no seu magistério, no seu programa cultural, nos seus métodos pedagógicos de ensino directo dos autores latinos que Cataldo teve um papel decisivo na abertura de Portugal ao Humanismo.

Cataldo educara D. Jorge, em letras e em costumes, desde 1487 a 1495, ano da morte de D. João II. A esta primeira educação, a *puerilis institutio*, que tem por objectivo a aquisição de bons hábitos, a formação do carácter, no que respeita à moral individual e social, dão o tom Quintiliano e Plutarco, tal como os humanistas do Primeiro Humanismo italiano preceituavam e todos os pedagogos europeus do Renascimento não se cansavam de repetir. Plutarco⁴⁰ – inspirado em Platão, designadamente nas *Leis* e no *Ménon* – no

³⁸ Modelares são os estudos que dedicou a este representante da ilustre casa de Vila Real, no Renascimento, Jean Aubin, nosso saudoso mestre na École Pratique des Hautes Études de Paris. Vide Jean Aubin, *Vieille noblesse et temps nouveaux. D. Fernando de Meneses, 2e marquis de Vila Real (1463-1524)*. Paris, 1983; Jean Aubin, “Vieille noblesse et temps nouveaux. Les amertumes du 2e marquis de Vila Real”, in: *Le Latin et l’astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521*. Éd. posthume par M. C. Flores; Luís Filipe R. Thomas; Françoise Aubin, Paris, 2006: 61-101.

³⁹ Joaquim de Carvalho (1947-1948), *Estudos sobre a cultura portuguesa do séc. XVI*, 2 vols. Coimbra, 1947-1948: II, p. 29 e sqq.

⁴⁰ Os *Moralia* de Plutarco são verdadeiro manancial de inspiração de educação aristocrática.

seu tratado *De liberis educandis*, e ainda em opúsculos morais como *An uirtus doceri possit*, ou *De audiendis poetis*, servirá de suporte, a par de Quintiliano, à primeira educação e à formação da juventude.

Quintiliano, inspirado em Cícero, vai propor, na sua *Institutio oratoria* (1. 10. 6), uma *ratio studiorum*, adequada à aquisição da sabedoria, a *enkyklios paideia*, que não se destina, geralmente, a preparar especialistas, futuros pedagogos, mas a formar integralmente a pessoa humana, física, intelectual e moralmente.

É, enfim, a instrução enciclopédica que Crasso reclama no *De oratore* ciceroniano, e a formação moral que lhe associa Quintiliano. Numa palavra, o ideal humano que a Antiguidade greco-latina transmitira, sobretudo a partir das sínteses feitas por Cícero, Quintiliano e Plutarco, constitui a essência da mensagem pedagógica dos humanistas do *Quattrocento*, que perdura ao longo de todo o Renascimento, e informa um dos aspectos mais salientes do humanismo cívico, da *ciuilis scientia*, fundamento da vida pública⁴¹.

Neste particular, Cataldo não deixa de dar o tom. Ainda em Bolonha, Cataldo pronuncia uma Oração em louvor de todas as ciências e da própria Bolonha, editada em *Epistolae I*, em 1500. Serviu ela de guião, de ponto de partida, a abrir curso às que se proferiram, no século XVI, na Universidade, no Colégio das Artes e nos Colégios dos Jesuítas, apresentando a de Hilário Moreira, pronunciada na Universidade de Coimbra, em 1552, verdadeira intertextualidade com a de Cataldo⁴². Ao longo dos tempos, permanece inalterado o modelo ciceroniano destas orações, em que o elogio das letras segue designadamente o *Pro Archia*, e o ideal do homem culto, virtuoso, perito na arte de bem falar é dado pelas recém-encontradas obras retóricas de Cícero *Brutus*, *De oratore* e *Orator*, e pela *Institutio oratoria* de Quintiliano.

O programa de estudos, que estas orações preconizavam, era praticamente o mesmo, desde a oração de Cataldo à oração que D. Pedro de Meneses pronunciara, em 1504.

As disciplinas apresentadas seguem a divisão aristotélica das ciências, que se agrupam no *trivium* ou *artes sermocinales* e no *quadrivium* ou *artes reales*,

Vide, além destes opúsculos, e.g. *De uita et poesi Homeri*, ou *Ad principem ineruditum*, ou *De adulatore et amico*, ou ainda os *Regum et imperatorum apophthegmata*, as *Vitae paralelae*, as vidas exemplares de gregos e romanos. Nestas biografias sobressai a de Alexandre, secundada pelo opúsculo *Alexandri Magni fortuna aut uirtute* que são fonte de verdadeiros *tópoi* literários, recorrentes na tratadística pedagógica. Alexandre, educado por Aristóteles – cuja ânsia de fama e de renome adquire um valor paradigmático no *Pro Archia* de Cícero e na *Sátira X* de Juvenal –, é o modelo do guerreiro, que alia a coragem e o ideal heróico da honra à cultura.

⁴¹ Nair N. Castro Soares, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, 1994: 99-188.

⁴² Hilário Moreira (1990), *A oração de sapiência de Hilário Moreira*. Introdução, texto latino, tradução e notas de Albino de Almeida Matos, Coimbra, 1990.

adoptando cada uma das orações uma determinada hierarquia de valores, em que é perceptível a evolução e o alargamento dos saberes, verificados no magistério universitário, ou mesmo no ensino de príncipes – como se depreende da dedicatória a D. João III do *De crepusculis* de Pedro Nunes, cosmógrafo, lente da Universidade e mestre na corte dos Infantes D. Luís, D. Henrique e D. Duarte⁴³.

Dirá, com razão, Joaquim de Carvalho que no Renascimento «a designação das disciplinas só tinha de medieval o nome, porque a matéria e a didáctica com que foram ensinadas já se apresentam com o selo da modernidade»⁴⁴.

É difícil, contudo, depreender com objectividade e certeza os ideais educativos de cada autor, vinculado que está a esquemas retóricos deste género oratório; é na hierarquização relativa dos saberes e na incidência maior ou menor em determinados aspectos que se pode perceber a intenção última do orador, o seu eu enunciativo, a sua *forma mentis*, o seu ideal pedagógico e cultural.

Pode mesmo constatar-se que, a partir da oração de André de Resende, pronunciada na Universidade de Lisboa, em 1534 – que manifesta a maior

⁴³ Datada de 27 de Outubro de 1541, a dedicatória do *De crepusculis*, que é porventura a obra mais notável de Ciência pura excogitada por uma mente portuguesa, no dizer de Joaquim de Carvalho – ‘Pedro Nunes, mestre do Cardeal Infante D. Henrique’, in *A cidade de Évora* 21-22 (1950) 1-13, maxime p. 8 –, revela não só a inclinação natural de D. Henrique para «as ciências matemáticas» como dá a conhecer todo um programa de ensino científico que primava pela modernidade. Cf. Joaquim de Carvalho, *Obras de Pedro Nunes*, vol. II, Lisboa, 1943: 5: a Aritmética, os Elementos de Geometria de Euclides, a Teoria da Esfera, a Teórica dos Planetas, parte do Almagesto de Ptolomeu, a Mecânica de Aristóteles, a Cosmografia e a prática de alguns instrumentos, assim antigos como modernos, relativos estes à arte de navegar, inventados pelo próprio Pedro Nunes (*quae ego ad navigandi artem excogitaueram*); Ao Infante D. Henrique dedica Pedro Nunes o seu *Livro de Álgebra en Aritmética y Geometria* (Antuérpia, 1567), composto quando lhe ensinava as artes reales (1531-1533). Não poderemos deixar de lembrara importância das descobertas marítimas dos portugueses para o interesse e desenvolvimento do conhecimento científico, não só no domínio das ciências exactas, da geografia e das ciências da natureza, que os *Colóquios dos Simples e Drogas* de Garcia d’Orta admiravelmente exemplificam, quer ainda na consciencialização do valor da experiência, como suporte fundamental do saber. Vide Luís de Albuquerque, “Science et Humanisme dans la Renaissance portugaise”, in *L’Humanisme Portugais et l’Europe*, Actes du XXI e Colloque International d’Études Humanistes (Tours, 3-13 Juillet 1978), Paris, 1984: 419-435; J. V. de Pina Martins, “Humanismo e universidade. Livros quincentistas editados em Coimbra no âmbito dos estudos escolares e sua contribuição para o progresso do Humanismo”, in *Actas do Congresso sobre História da Universidade no VII Centenário*, t. IV, Coimbra, 1991, p. 47-66, maxime p. 60.

⁴⁴ Joaquim de Carvalho, “Pedro Nunes, mestre do Cardeal Infante D. Henrique” op. cit., p. 6. Segundo a ordem que se tornou tradicional desde Alcuíno, o *trivium* era constituído pela Gramática (isto é, o estudo do Latim, que se alargou ao Grego e ao Hebraico e incluía a Poesia), a Dialéctica e a Retórica. Para se ajuizar do desenvolvimento e do alcance destas disciplinas, vide e. g. B. Weinberg (a cura di), *Trattati di Poetica e Retorica del Cinquecento*, 3 vols., Bari, 1970-1972. O *quadrivium* era constituído pela Aritmética, a Geometria, a Astronomia e a Música (consistindo esta última na aprendizagem do cantochão e respectiva teoria).

elaboração individual no género e a maior desenvoltura e segurança na apresentação da matéria – todas se vinculam a verdadeiros *topoi* temáticos, que se exprimem pelos mesmos *exempla*⁴⁵.

Além disso, o estilo destas orações — como as que pronunciou o humanista eborense, num elegante latim ciceroniano, a que nem faltam as cláusulas métricas, nem a linguagem, o vocabulário da preferência de Cícero — obedece desde Cataldo, a uma superlativação verdadeiramente humanística. Esta superlativação é comum ao tom encomiástico, laudatório ou panegírico de grande parte das composições desta época⁴⁶.

Assim sendo, a pedagogia de André de Resende, no sentido estrito do termo, não pode ser apreciada apenas pela enumeração das *artes liberales*, feita no célebre discurso de 1534, pois ela surge em termos semelhantes nas orações de finais do século XV às da segunda metade do século XVI.

Apesar de tudo, a perfeição estilística e temática, revelada por Resende nesta oração, sem esquecer o vivo apelo ao cultivo do Grego, documenta bem a evolução do género e o estágio de desenvolvimento intelectual e cultural do nosso país⁴⁷.

Exemplar é esta oração de 1534 precisamente na defesa da Gramática e nas críticas ao seu ensino tradicional. O ensino da Gramática, que integrava a Retórica a Dialéctica e a Poesia deveria fazer-se, como recomendava Quintiliano, a partir da leitura e interpretação dos textos clássicos, no original. Se a mestria na arte de bem falar e de bem compor, ou seja de bem escrever, era o principal objectivo da Gramática, esta incluía também o ensino do Grego, necessário e indispensável ao acesso à verdadeira cultura humanística.

As preocupações pedagógicas, nesta oração, integram-se no quadro das reformas educativas estruturais que desde o tempo de D. Manuel se faziam sentir, através dos estatutos novos conferidos à Universidade de Lisboa, à abertura de novas escolas, ao incremento cultural que procurava atingir a dignidade e a altura da grandeza do império atlântico.

Um aspecto é relevante nestas orações académicas: as proferidas antes de

⁴⁵ Cf. o estudo introdutório de Jorge A. Osório (1967), *A oração sobre a fama da Universidade de Me. João Fernandes (1548)*. Prefácio, introdução e notas. Coimbra, 1967; A. Costa Ramalho, “Cícero nas orações universitárias do Renascimento”, in *Para a História do Humanismo em Portugal I*, Coimbra, 1988: 31-47.

⁴⁶ Vide Jean Lecointe (1993), *L'idéal et la différence. La perception de la personnalité littéraire à la Renaissance*, Genève, 1993: 94-98.

⁴⁷ Vide J. V. de Pina Martins, “Humanismo e universidade. Livros quinhentistas editados em Coimbra no âmbito dos estudos escolares e sua contribuição para o progresso do Humanismo” op. cit., maxime, p. 60. Nicolau Clenardo, contratado para professor de Humanidades do Infante D. Henrique refere, na sua *Epistola ad Christianos*, que este, além do Latim pelo seu método directo, estudou Grego, Hebraico, Filosofia, Teologia e Matemática (cf. *Correspondance de Nicolas Clenard*, publicada por Alphonse Roersch, Bruxelas, 1940, p. 227-228).

meados do século XVI impõem-se como verdadeiros manifestos humanistas contra a barbárie medieval, insensível à beleza e elegância clássicas, na linha das *Elegantiae linguae latinae* de Lourenço Valla. As posteriores têm como preocupação dominante a orientação religiosa, ou melhor, teológica, a que não são alheias as relações entre política e cultura; a definição do ideal do governante e a sua acção concreta, no aspecto educativo e administrativo, na sua acção evangelizadora, no seu empenhamento na cruzada contra o Turco, na manutenção da paz e concórdia internas⁴⁸.

Um lugar de relevo, nesta oração, é dado à educação. André de Resende, pelas funções que desempenha na corte, a partir de 1533, quer como mestre de príncipes, quer como teólogo, vai ter um papel importante na nova orientação do ensino em Portugal.

No seu ardor pedagógico, o Eborense contribuiu para criar o ambiente propício às ideias reformadoras de D. João III. O rei que, com seu irmão Afonso, foi leitor de Erasmo — como sabemos pelo *Erasmi encomium* de Resende (vv. 207-210) — manifestou o desejo de convidar o Mestre de Roterdão para vir ensinar em Coimbra⁴⁹, e encarregou Resende de trazer para Portugal os humanistas belgas Clenardo e João Vaseu, seus amigos e reputados professores do Colégio Trilingue de Lovaina.

É nesta década de trinta do século XVI que as instituições de cultura nacionais vão conhecer uma reforma por assim dizer sistemática, que corresponde ao generalizado entusiasmo europeu pelas Humanidades, a que a imprensa veio dar um notável contributo⁵⁰.

⁴⁸ Exemplificativas são as orações de André de Resende de 1534 e de 1551. Nesta oração, proferida na presença do Infante D. Luís, no Colégio das Artes, em Coimbra, e dedicada à Infanta D. Maria, para não ser acusado de adulação ao rei, confessa o Humanista, faz o elogio de D. João III, não em termos abstractos de doutrina política, mas em termos concretos, tomando o próprio rei como centro de reflexão. André de Resende faz o elogio de D. João III, na homenagem que o Colégio das Artes fazia anualmente ao seu fundador e, no mesmo Colégio, por ocasião da morte do rei, em 1557. Segundo Maria Manuela Barroso de Albuquerque, “André de Resende. O drama dum humanista português”, *Euphrosyne* 1 nova série (1967) 107-134, a oração de 1551 denota já o esmorecer do fervor humanístico e renovador que Resende manifestara dezassete anos antes, na Oração de 1534. A prisão dos «bordaleses», em 1550, e o acentuar das tendências ortodoxas de inspiração tridentina no meio português, tornaram o detractor da vida áulica em servidor de príncipes.

⁴⁹ Cf. a declaração de Damião de Góis perante a Inquisição. Vide, a este propósito, Marcel Bataillon, *Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme*, Coimbra, 1952: 89. A testemunhar a simpatia de Erasmo pelo possível futuro Mecenas, ficou a dedicatória a D. João III das suas *Chrysostomi lucubrationes*, na sua edição de 1527, retirada em edições posteriores.

⁵⁰ De uma importância singular é o contributo da imprensa na pedagogia humanista. Em Coimbra, já antes de 1537, ano da transferência da Universidade, existiam os prelos de Santa Cruz: em data que se fixa entre fevereiro de 1530 e abril de 1531, Germão Galharde monta a imprensa do Mosteiro e ensina a sua arte aos Cónegos regentes. Em 1534 aparecem pela primeira vez em Portugal os caracteres gregos, na Imprensa de Santa Cruz de Coimbra, sendo ainda escrito à mão o Grego da *Oratio pro rostris* de Resende, que sai a lume, em Lisboa, neste

No estrito domínio retórico e filológico, depois das primeiras décadas de Quinhentos, em que se assiste à renovação do ensino gramatical, orientado para a aquisição da eloquência latina, a década de trinta vai assistir à consolidação do estatuto da arte oratória como disciplina autónoma, em que se impõe o método da escola renano-flamenga da pedagogia do humanismo do Norte da Europa, o *modus parisiensis*, que dominou no ensino da retórica em Portugal e na Europa⁵¹.

Na cidade do Mondego, cantada repetidamente como lusa Atenas, a reforma é liderada por dois obreiros incansáveis, ambos formados na Universidade de Lovaina, Frei Brás de Braga e Fr. Diogo de Murça. Conhecida é a abertura destas duas figuras eminentes do nosso Humanismo Renascentista às correntes de espiritualidade e da pedagogia erasmianas⁵². Desde 1548, o Colégio das Artes contava com humanistas de reputação europeia, entre o seu corpo docente, como Georges Buchanan, Guillaume de Guérente, Nicolas Grouchy, Elias Vinet, Diogo de Teive e o Principal Diogo de Gouveia – a quem Montaigne, aluno do Colégio da Guiena coloca acima de todos os Principais de França.

A par da Universidade de Coimbra, os Colégios universitários hieronimitas de Penha Longa e de Santa Marinha da Costa, junto de Guimarães, conhecem grande prestígio. O mecenatismo régio é secundado

mesmo ano. Por carta de 5 de Julho de 1539, D. João III, ciente da importância do livro como instrumento fundamental do ensino e desenvolvimento cultural da Academia, determina que “hos livreyros q na dita çidade tyverem suas temdas com copia de liuros das çiemçias q na dita vnyversidade lem guozem de todollos priuilegios & liberdades q tem & de q gozom os estudantes & offiçães da dita vnyversidade” (Vide Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, Coimbra, 1937, vol. I, p. 155-156). Por alvará de 21 de Março de 1548, o monarca confirma e aprova o contrato celebrado, por seu mandado, entre o reitor Frei Diogo de Murça e os impressores João de Barreira e João Álvares, “pera aveeree de ter impresaõ na dita vniversidade” (Ibidem, vol. III, p. 141-142).

⁵¹ Essa reforma profunda do ensino é levada a cabo pelo rei D. João III, em várias cidades do país e designadamente em Coimbra, para onde transferiu a Universidade em 1537 e onde fundou o Colégio das Artes, em 1548, que dá uma sólida preparação aos alunos que ingressam na Universidade.

⁵² Cf. e.g. J. V. de Pina Martins, *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal: les deux regards de Janus*, Lisboa-Paris, 1989: 433, 436 e 566. A reforma do ensino em Santa Cruz é levada a cabo por D. Frei Brás de Braga, dez anos antes da transferência da universidade para Coimbra. À frente da Universidade está Frei Diogo de Murça, confrade e discípulo em Lovaina e em Paris do reformador e governador de Santa Cruz. Este jeronimita, que recebeu em 27 de maio de 1533 o «bonnet doctoral» na Universidade de Lovaina, onde conheceu Clenardo, foi o 4º reitor da Universidade de Coimbra, desde 5 de novembro de 1543 a 28 de setembro de 1555, data em que o rei encarregou o Doutor Afonso do Prado de servir de Reitor (cf. Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, Coimbra, vol. IV, 1941: 260). Ilustrativa dos interesses culturais de Frei Diogo de Murça é a relação dos livros que integravam a sua biblioteca — obras dos autores clássicos, dos autores sagrados, de humanistas italianos famosos do *Quattrocento ao Cinquecento*, do humanismo hispânico e europeu, numa abrangência temática e ideológica verdadeiramente notáveis (Vide A. Moreira de Sá, *Livros de uso de Frei Diogo de Murça*, Coimbra, 1977).

pelo de outras figuras, como o cardeal Infante D. Henrique, que protege o Colégio de S. Paulo em Braga, onde é Arcebispo. Neste colégio ensina Clenardo cerca de um ano os rudimentos da língua latina, enquanto Vaseu não chega de Salamanca. Clenardo fica mais ligado à pessoa do Cardeal, João Vaseu é nomeado para a cadeira de Retórica⁵³. Transferido D. Henrique para a mitra de Évora, os humanistas belgas acompanham-no. A capital alentejana beneficiaria agora da sua acção pedagógica, que se vinha juntar à de André de Resende⁵⁴.

Era o Humanismo português que se afirmava, em estreita ligação com a vizinha Espanha, desde os seus inícios. A familiaridade entre as cortes ibéricas, em que as princesas espanholas se tornavam rainhas em Portugal, a presença de humanistas espanhóis na corte – como capelães, confessores e mestres de príncipes – nos colégios e na universidade, a permeabilidade de métodos e compêndios, a mobilidade de mestres e alunos pelas diferentes instituições contribuíram para a formação de uma comunidade cultural que, sem perder as marcas da sua identidade própria, se pode designar por Humanismo Ibérico.

Muitos humanistas portugueses estudaram em Salamanca, muitos deles foram mestres na cidade do Tormes. Portugueses e espanhóis foram opositores às mesmas cátedras aquém e além-fronteiras. O Colégio Trilingue de Alcalá de Henares, fundado pelo Cardeal Cisneros, será frequentado por portugueses, a par do de Lovaina e do de França, que abrirão caminho ao Colégio das Artes, em Portugal. Se a Universidade de Salamanca teve, no primeiro Humanismo, entre os seus mestres de renome, o espanhol António de Nebrija e o humanista de Aveiro Aires Barbosa, a nossa Universidade contou com a presença tutelar do canonista Martin de Azpilcueta Navarro e de Juan Fernández, o editor dos *Colloquia* de Erasmo para o ensino do Latim. As universidades de Salamanca e as de Itália, que têm a preferência dos portugueses durante o século XV, vão cedendo lugar, embora não completamente, no século XVI, a Lovaina e às universidades francesas.

Se é verdade que a mensagem pedagógica dos humanistas do *Quattrocento* italiano perdura ao longo de todo o Renascimento europeu,

⁵³ Com a intenção de suprir às necessidades dos alunos, publica Vaseu, ainda em Salamanca, donde se deslocara, uma *Collectanea Rhetorices*, em 1538, com um prefácio-dedicatória ao Cardeal Infante D. Henrique. O exemplar existente na Biblioteca Municipal do Porto figura numa encadernação conjunta com a gramática latina de Clenardo.

⁵⁴ Em Évora, exerceram o seu magistério junto de príncipes e nobres ou em escolas públicas, André de Resende, Clenardo, Vaseu e Diogo Sigeu. Diogo Sigeu de Toledo veio para Portugal em 1543 e foi, na corte, além de secretário da correspondência latina, mestre de retórica do Príncipe João e outros moços fidalgos, entre os quais avultam D. Teodósio de Bragança e seus irmãos. Vide, sobre Diogo Sigeu e suas filhas, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*. Prefácio de A. Costa Ramalho. Edição fac-similada, Lisboa, 1994: 38-42.

contudo, grande é a distância que separa o primeiro humanismo do do período áureo, pois bem diverso é o contexto cultural, social e político, determinante das suas diferenças essenciais. Estas dizem respeito designadamente ao aprofundamento do saber filológico, que cada vez mais se afasta da “barbárie medieval”, à evolução e aperfeiçoamento dos cânones estéticos, à maior importância dada ao conhecimento do grego e da literatura grega e também do hebraico — que notabilizaram os Colégios Trilingues de Alcalá de Henares e de Lovaina, o Colégio Real de França, fundado por Francisco I, sob a inspiração de Guillaume Budé, a Universidade de Coimbra e todas as instituições europeias de prestígio, no século XVI.

Numa palavra, desde o primeiro Humanismo em Portugal, como na Espanha e na Europa, o processo formativo do homem, a sua educação integral, privilegiava a componente retórica, indispensável à capacidade oratória, à arte da palavra do *homo urbanus*, que se distinguiu pela *nobilitas morum*, pela cultura, pelo trato e gostos elegantes, tal como preceituava, em finais do *Quattrocento*, Giovanni Pontano no *De sermone libri sex*.

Texto inaugural na reflexão europeia sobre a força civilizadora da palavra, sobre a arte da conversação, como fenómeno ético e estético, o humanista da corte aragonesa de Nápoles – também ele autor de um diálogo retórico, *Actius*, sobre o estilo em prosa e em verso – propõe no *De sermone* o ideal de homem urbano e cortesão, instruído e agradável, *vir doctus et facetus*, e aponta como estratégia o paciente trabalho de reeducação civil, através da prática viva dos valores da cultura humanística, suporte do modelo do “vivere civile”.

Este discurso pedagógico de Giovanni Pontano não se cinge apenas à esfera privada e ao culto da personalidade individual, mas tem um alcance muito mais vasto, ao ter como objectivo primeiro dar regras de conduta à sociedade aristocrática, transformando o cavaleiro feudal em “gentiluomo” moderno. Este discurso arquetípico anuncia já os temas desenvolvidos pelos três grandes livros do modelo italiano de urbanidade, *Il Libro del Cortegiano* di Baldassarre Castiglione (1528), *Il Galateo* (1558) di Giovanni Della Casa e *La Civil conversazione* (1574) di Stefano Guazzo⁵⁵.

O sentido da *urbanitas* que as *humaniores litterae* conferem é também entre nós, no Renascimento, posto ao serviço dos anseios cortesanescos de grande número de letrados e de membros da fidalguia. O jogo de forças políticas no interior do estado e sua implicação com o ideal cortesanesco, vivido por mais de um século na sociedade portuguesa, vai favorecer a ambição, a inveja, a adulação e a hipocrisia da corte, que é retratada e criticada em profusão nas obras do nosso século de ouro, desde a tratadística pedagógica e filosófico-moral, às diferentes formas de poesia, à arte dramática.

⁵⁵ Baldassare Castiglione, *Il Cortigiano, a cura di Amedeo Quondam*. Milano, 2002.

No tempo de D. Manuel (1495-1521) chega-se ao epílogo da longa história de descobrir. Vive-se o fausto e o luxo da corte mais prestigiada da Europa, que sustenta a ociosidade e a mania nobiliárquica dos cortesãos, numa Lisboa exótica e cosmopolita⁵⁶. Os Jerónimos e a Torre de Belém tornam-se símbolos da grandeza do império e impõem um estilo arquitectónico que recebeu a designação de “manuelino”. Os serões do paço são animados pelo teatro de Gil Vicente – que a rainha D. Leonor, viúva de D. João II, protegia –, pela poesia palaciana, pela música, em que D. Manuel era afeiçoado, pela cultura das artes e das letras. Até aos moços negros da corte mandava o rei ensinar a Gramática.

A corte, sentida como meio ideal para a realização das virtudes humanas, a que deu viva voz Garcia de Resende, no “Prólogo” ao *Cancioneiro Geral*, publicado em 1516, requer “cavalleros blandos i ensinados”, no dizer de Sá de Miranda, na dedicatória do *Epitalâmio pastoril a António de Sá no casamento de sua filha*⁵⁷. Era a ilustração viva dos ideais proclamados por *Il cortegiano* (1528), obra dedicada a D. Miguel da Silva, considerado por Baldassare Castiglione modelo de urbanidade⁵⁸. Boscán depressa a divulgará em língua castelhana.

A retórica de corte, em todas as suas vertentes, complementares entre si, pedagógica e civil, literária e artística, imprime uma singular especificidade ao discurso do Primeiro Humanismo Português, que se traduz no ideal de realização plena do humano, próprio da educação moderna, e se assume como expressão de identidade de um povo de vocação universal, ao tempo das Descobertas.

O ideal humano que a Antiguidade greco-latina transmitira, sobretudo a partir das sínteses feitas por Cícero, Quintiliano e Plutarco, constitui um dos aspectos mais salientes do humanismo cívico, da *ciuilis scientia*, fundamento da vida pública, e é por isso também a essência da mensagem pedagógica e retórica que, desde os humanistas do Quattrocento italiano, perdura ao longo de todo o Renascimento, em Portugal e em Espanha.

⁵⁶ As fontes de riqueza, que sustentavam canais de consumo e não de investimento, o abandono da agricultura, a expulsão dos judeus e o seu massacre em Lisboa, em 1506, iriam contribuir a passos largos para a descapitalização interna, verificada nos reinados de D. João III, que teve de abandonar as praças de África e, de forma dramática, no reinado de D. Sebastião. O tratado *De regis institutione et disciplina* de D. Jerónimo Osório (1572) denuncia de forma insistente esta realidade, e.g. Hieronymi Osori Lusitani, Episcopi Algarbiensis, *Opera omnia*. Romae. Ex Bibliotheca Georgij Ferrarj, MDXCII: l. 528.20 -530. 30.

⁵⁷ Veja-se a dedicatória do *Epitalâmio pastoril a António de Sá no casamento de sua filha*, in *Poesias de Francico de Sá de Miranda*. Edição feita sobre cinco manuscritos ineditos e todas as edições impressas, acompanhada de um estudo sobre o Poeta, variantes, notas, glossário e um retrato por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1885) Halle: 501, onde se encontra o passo citado; vide ainda, a este propósito, a carta de António Pereira Marramaque a Diogo de Castro, referida por Eugenio Asensio, *Estudios Portugueses*. Paris, 1974: 168.

⁵⁸ Vide Sylvie Deswarte, *Il ‘perfetto cortegiano’ D. Miguel da Silva*. Roma, 1989.

Eugenio Garin, o conceituado estudioso do Humanismo Renascentista, interrogado pela revista *Panorama*, afirmava: «Se dovessi dire nel modo piu semplice qual è il vero elemento centrale della cultura rinascimentale, direi che è la scoperta del valore della diversità»⁵⁹.

Pode afirmar-se, contudo, que, apesar do assumir da diferença, da diversidade, a nível individual e colectivo se torna princípio unificador deste movimento cultural a crença no valor do homem e nas humanidades, no ressurgir do mundo antigo, de que a retórica se tornou um instrumento privilegiado.

É que, apesar do já designado “individualismo” renascentista, um traço comum de inspiração ciceroniana preside ao ideal pedagógico da formação humana, desde o *Quattrocento* italiano: a síntese da filosofia e da retórica, a combinação da eloquência e da sabedoria⁶⁰. Neste ideal se irmanam humanistas europeus, da Inglaterra à Alemanha, aos Países Baixos, à França e à Hispânia, um John Colet, um Rodolfo Agrícola e um Erasmo, um Lefèvre d'Étaples, um Budé, um Luís Vives e um Aires Barbosa, para falar apenas de nomes representativos do primeiro Humanismo.

⁵⁹ Vide o artigo “Radici ideali/ L'attualità del Rinascimento - Cinquecento siamo noi”, in *Panorama*, nº1174, Anno XXVI (16 de Outubro 1988): 124-131. Passo citado: 129.

⁶⁰ Vide Alain Michel, *La philosophie politique à Rome d'Auguste à Marc-Aurèle*. Paris, 1969. Idem, *Les rapports de la rhétorique et la philosophie dans l'oeuvre de Cicéron: recherches sur les fondements philosophiques de l'art de persuader*. Paris, 1960.